

Todas as questões são de provas realizadas em 2017.

1. A Constituição elaborada por um Estado ou organização internacional para ter vigência em outro Estado é denominada heterônoma.

**resposta : CERTO**

2. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

**Resposta: Errada:** coisa doida, né gente? É a Defensoria Pública que é órgão permanente

3. O direito de greve no serviço público é permitido, nos limites instituídos em lei específica.

**resposta: certo:** art. 37 -VII- Prova do TJ PE- Técnico Judiciário- -IBFC

4. Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tripartite dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

**resposta: Certo** - Art. 128, § 3º

5. O voto secreto e o voto feminino foram assentados, pela primeira vez, em base constitucional no país, pela Constituição Brasileira de 1946

**resposta: Errado.** a resposta certa é na Constituição de 1934. caiu na prova de procurador da Prefeitura de São José dos Campos - SP - banca Vunesp

6. O Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

**resposta: Certo** - caiu na prova do TJ-MG organizada pela Consulplan

7. Em relação à organização dos Poderes, a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada território e no Distrito Federal.

**resposta: Errado-** Art. 45 parágrafo 1º- Os Deputados Federais são eleitos pelo sistema proporcional.

8. O nascimento de João não foi registrado pelo pai, que nunca cumpriu o seu dever de assisti-lo, criá-lo e educá-lo, embora a paternidade tenha sido reconhecida por decisão judicial quando ele ainda era menor. Mesmo assim, João está obrigado a ajudar o seu pai na velhice, carência ou enfermidade.

**resposta: Certo-** Art. 229 da CF/88: os pais têm o dever de assistir, criar e educar seus filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

9. Um dos princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais é a Proibição de concessão ao asilo político.

**Resposta: errada.** para você nunca mais esquecer são 10 os princípios, menos esse citado. está no art. 4º dos incisos I a 10: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não-intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; concessão de asilo político.

10. A Constituição Federal assegura a todos, gratuitamente, a ação de habeas data, para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

**Resposta: Certa** - Art.5º - LXXII

11. Maria foi condenada à pena de prisão por 10 anos e João à pena de prisão, pela prática de crime diverso, por 8 anos, ambos em sentença penal transitada em julgado, proferida em processo criminal que lhes garantiu a ampla defesa e o contraditório. Maria ficou presa por 10 anos e dois meses. João foi solto após 2 anos de prisão, uma vez que se comprovou que o crime pelo qual cumpria pena foi cometido por outra pessoa. Nessa situação, segundo a Constituição Federal, não é cabível indenização em favor de Maria e de João, vez que ambos foram presos em razão de sentença transitada em julgado, proferida em processo que lhes garantiu a ampla defesa e o contraditório.
- resposta: Errada** - o correto seria : cabe ao Estado indenizar Maria pelo tempo que ficou presa além do tempo fixado na sentença e indenizar João por erro judiciário. **ART.5º CF/88 - LXXV** - “o Estado indenizará o condenado por erro judiciário,

assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença”.

12. A Constituição Federal prescreve que serão criados juizados especiais que poderão ser integrados por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo.

**resposta: Certo - Art. 98**

13. É incompatível com a Constituição Federal lei que organize a Defensoria Pública e determine a subordinação administrativa da Defensoria Pública à Secretaria de Estado vinculada à estrutura do Poder Executivo.

**resposta: Certo - Art. 134 § 2º** “Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º”.

14. De acordo com a Constituição Federal, a ação popular é cabível para anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural e a legitimidade para ajuizamento desse tipo de ação popular é compartilhada entre o cidadão e o Ministério Público.

**resposta: Errado** - apenas o cidadão pode ajuizar a ação popular- **Art. 5º LXXIII** - “qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência”;

15. Cabe aos responsáveis pelo controle interno dar ciência ao respectivo tribunal de contas de qualquer irregularidade ou ilegalidade de que tenham conhecimento, sob pena de responsabilidade solidária.

**Resposta: Certo - Art. 74.** Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: **§ 1º** Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

16. A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa da Assembleia Legislativa.

**resposta: Errada-** o erro está em Assembleia Legislativa, pois a iniciativa é do Tribunal de Justiça. Art. 125 § 1º

17. O ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade em face de lei estadual, perante o Tribunal de Justiça do Estado, não impede que a mesma lei seja impugnada perante o Supremo Tribunal Federal, mediante a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.

**Resposta: certo-** é o fenômeno da simultaneidade de ações diretas de inconstitucionalidade, também denominado ***simultaneus processus***

18. A Constituição Federal atribui o exercício da atividade de controle externo ao Conselho Nacional do Ministério Público, cabendo-lhe rever, de ofício ou mediante provocação, todos os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há mais de um ano.

**resposta: errada-** o controle externo cabe ao Ministério Público, a quem compete o controle da atividade policial, na

forma da lei complementar.

19. Considerando os direitos sociais expressos na Constituição Federal de 1988, os trabalhadores têm direito à remuneração superior quando do serviço extraordinário, bem como a possibilidade de participação nos lucros, ou resultados da empregadora, sendo esta desvinculada da remuneração.

resposta: certo

20. Os litígios entre organismos internacionais, de um lado, e Estados membros da Federação brasileira, de outro, são de competência originária do Superior Tribunal de Justiça e, mediante recurso ordinário, do Supremo Tribunal Federal.

**resposta: Errada.** São de competência originária do Supremo Tribunal Federal.

21. São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

resposta: Certo Art. 195 § 7º CF

22. A respeito da deliberação executiva no processo legislativo o veto pode ser total ou parcial, podendo este se dar sobre texto integral de artigo, parágrafo, inciso, alínea ou palavra.

**Resposta: Errada** - O erro está na “palavra”, o restante está de acordo com o Art. 66 § 2º da Constituição Federal.

23. São órgãos da Justiça Eleitoral: o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais.

**resposta: Errado:** O Supremo Tribunal Federal não é órgão da

Justiça Eleitoral. Preste atenção ao artigo 118 da CF: São órgãos da Justiça Eleitoral: I - o Tribunal Superior Eleitoral; II - os Tribunais Regionais Eleitorais; III - os Juízes Eleitorais; IV - as Juntas Eleitorais.

24. A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

**resposta: Certo** Art. 24 parágrafo 2

25. O Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas para dirimir conflitos fundiários, com competência exclusiva para questões agrárias.

**resposta: certo** Art. 126 CF